

Sociedade em

# Debate

O periódico SOCIEDADE EM DEBATE é uma publicação semestral do Mestrado em Política Social – Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas.

Os artigos enviados poderão ser publicados, caso sejam aprovados pelo Conselho Editorial. A revisão e as opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores

**Publicação semestral - V. 13, N.1 – Janeiro-Junho de 2007 - ISSN 1414-9869**

## UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

### Chanceler

D. Jayme Henrique Chemello

### Reitor

Alencar Mello Proença

### Pró-Reitora de Graduação

Myriam Siqueira da Cunha

### Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

Vini Rabassa da Silva

### Pró-Reitor Administrativo

Carlos Ricardo Gass Sinnott

### Diretora da Escola de Serviço Social

Mara Rosange Acosta de Medeiros

## SOCIEDADE EM DEBATE

### Comissão Editorial

Vera Maria R. Nogueira - Coordenadora

Andréa Valente Heidrich

Luís Antônio Bogo Chies

Helenara Silveira Fagundes

Jovino Pizzi

Mara Rosange Acosta de Medeiros

Aline Campelo Carvalho - Bolsista

### Conselho Editorial

Armando Barrientos - Universidade de Sussex

Antonio Carlos M. Cruz - UCPel

Carolina González Laurino - UDELAR

Elaine Rossetti Behring - UERJ

Flávio Heinz - UNISINOS

Gomercindo Ghiggi - UFPEL

Ivanete Boschetti - UnB

Ivete Simionatto - UFSC

Jussara Maria Rosa Mendes - PUCRS

Margarita Rozas Pagaza - UNLP

Maria Carmelita Yazbek - PUCSP

Maria Lucia Barroco - PUCSP

Marina Maciel Abreu - UFMA

Mirta Vuotto - UBA

Mónica De Martino - UDELAR

Potyara Amazoneida P. Pereira - UnB

Regina Célia Miotto - UFSC

Rosa Stein - UnB

Unai Pascual - Universidade de Cambridge

Vicente de Paula Faleiros - UnB

Vini Rabassa da Silva - UCPel

Yolanda Aparecida D. Guerra - UFRJ

---

**Direito reservado para esta edição:** Universidade Católica de Pelotas

**Produção Editorial:** Editora EDUCAT/UCPEL

**Editoração Eletrônica:** Ana Gertrudes G. Cardoso / Luthiane de Quadro (bolsista)

**Capa:** Letícia Lucena Nunes

**Foto da Capa:** Wilson Lima

**Tiragem:** 200 exemplares

Aceita Permuta

[http://antares.ucpel.tche.br/revista\\_soc\\_debate/](http://antares.ucpel.tche.br/revista_soc_debate/)

Sociedade em Debate	Pelotas	V.13	N.1	p.1 - 208	Jan-Jun 2007
---------------------	---------	------	-----	-----------	--------------

## SUMÁRIO

- 9 Três questões sobre as mudanças recentes nos programas sociais no Brasil  
*Paulo Calmon*
- 27 Desenvolvimento, capital social e política social: estratégias de combate à pobreza e à exclusão social no Brasil  
*Robson Roberto da Silva*
- 47 Capital social e empoderamento no desenvolvimento social: um estudo com jovens  
*Marcello Baquero e Rute Baquero*
- 65 Responsabilidade social empresarial e economia solidária: uma parceria possível  
*Graziela Luisa de Lima e Edinara Terezinha de Andrade*
- 89 Economía y solidaridad  
*Ricardo Gerardi*
- 101 Acerca de las orientaciones del cooperativismo de trabajo: el caso argentino  
*Mirta Vuotto*
- 121 A formação do novo trabalhador frente à reestruturação do trabalho e da produção  
*Márcia Naiar Cerdote Pedroso*
- 139 Formas precárias de emprego, atuação em ONGs e inserção profissional  
*Wilson José Ferreira de Oliveira*
- 159 Novos caminhos de sustentabilidade socioambiental em territorialidades locais: desafios do mundo globalizado  
*Josafá Carlos de Siqueira*
- 167 Desenvolvimento sustentável e geração de renda: uma combinação possível?  
*Rosalina de Santa Cruz Leite*
- 183 Desenvolvimento socioambiental local: uma experiência para se ponderar  
*Denise Pini Rosalem da Fonseca*

## Resumo de Pesquisa

- 205 Economia Solidária, Desenvolvimento Local: a associação de catadores em Abreu e Lima/PE  
*Marcelo Rodrigues e Gilvando Sá Leitão*

## Apresentação

### Pluralidade, abrangência, rigor científico

Esta edição de *Sociedade em Debate* – a de número 35, já em seu décimo terceiro ano – é dedicada ao tema “desenvolvimento social e geração de renda”.

Nada nos parece mais apropriado para uma revista científica vinculada a um mestrado de política social (o da Universidade Católica de Pelotas), já que este começo de século, que nos chega marcado pela mundialização da economia, também será lembrado pelo retorno do desemprego e da exclusão social, agora em escala global.

Dizemos *retorno* porque a existência de grandes contingentes de trabalhadores excluídos do acesso ao trabalho e à renda não é algo novo na história do capitalismo. Isso já havia sido experimentado em outros períodos, especialmente na década de 30, em consequência da *débâcle* do modelo de sociedade liberal das primeiras décadas do século XX, sinalizada pelo *crash* de 1929. O período que se seguiu foi um período de novas experiências econômicas e sociais, onde a presença do Estado na regulação econômica foi marcante e com um objetivo explícito: produzir efeitos positivos sobre o bem-estar social, sob o argumento – então – de que o funcionamento do mercado capitalista, por si só, seria incapaz fazê-lo.

Por incrível que isso possa parecer hoje em dia, para aqueles que conhecem pouco a história do século XX, esta perspectiva estatista orientou o fundamento das políticas econômicas e sociais de três modelos alternativos ao liberalismo, que se confrontaram política e militarmente no período subsequente: (i) o socialismo burocrático da antiga União Soviética (1924-1989); (ii) o fascismo e o nazismo (1922-1945), e (iii) o *New Deal* norte-americano de inspiração fordista-keynesiana (1934-1978).

Depois da II Guerra Mundial, o período da guerra-fria foi também o período do aparente desaparecimento do modelo liberal de tipo clássico. A idéia de *livre mercado*, apontada como culpada pelos conflitos devastadores da primeira metade do século XX, foi substituída pelas propostas da planificação econômica (no modelo estalinista) ou pelos controles regulatórios do Estado (no modelo social-democrata europeu e norte-americano).

Também paradoxalmente, para os países centrais do capitalismo, os anos de chumbo da guerra fria também foram os anos dourados do pleno emprego e do crescimento sustentado da economia, com distribuição de renda. Nesse tempo, afora breves períodos de recessão econômica – e tanto num lado quanto no outro da *cortina de ferro* –, a

articulação virtuosa entre desenvolvimento tecnológico, oferta crescente de emprego e expansão dos sistemas de proteção social, tornou o discurso liberal uma espécie de dinossauro extinto do debate da sociedade.

Nos países “periféricos” (ou atrasados, ou subdesenvolvidos...), a discussão também girava em torno das mesmas alternativas. Na América Latina, a vertente teórica iniciada por Raúl Prebisch deu vazão à criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) da ONU, em cujos debates o desenvolvimento econômico aparecia como o antídoto principal dos graves problemas sociais do continente, no contexto de economias marcadas por dinâmicas de crescimento insuficientes e por grandes desigualdades sociais. Nesse sentido, a modernização tecnológica, a industrialização e a redistribuição da renda permitiriam a criação das condições necessárias para a constituição de países estruturados sob um modelo próximo ao Estado de bem-estar europeu, que aparecia então (ao menos para os cepalinos e/ou desenvolvimentistas...) como um horizonte a ser alcançado.

Das propostas alternativas ao desenvolvimentismo, apenas aqueles que acreditavam no modelo soviético tinham alguma audiência social importante, com repercussões políticas significativas. Os poucos defensores do liberalismo econômico estavam, então, desacreditados...

Mas, no final dos anos 70, esta correlação começou a mudar. Os “programas de modernização” (conservadora) das ditaduras militares do Chile e da Argentina, e as vitórias eleitorais de Reagan (EUA) e Thatcher (Inglaterra), marcaram as primeiras vitórias expressivas dos críticos da intervenção econômica e da responsabilização social do Estado. Seu discurso estava ancorado num (ao menos) aparente esgotamento do modelo fordista-keynesiano, cujo sintoma mais sensível era a incapacidade do Estado continuar atendendo a demandas sociais crescentes em meio à desaceleração generalizada do crescimento econômico e por uma inflação persistente.

O período de indefinições que se seguiu foi turbulento. Nos países centrais, uma acelerada re-estruturação produtiva baseada em novas tecnologias e novas formas de gestão das empresas, acompanhadas por iniciativas privatizantes dos governos em todas as áreas estatais (começando pelas empresas de bens e serviços voltados ao mercado, e estendendo-se a certos serviços públicos – como a seguridade social), atacava diretamente os fundamentos keynesianos do modelo de bem-estar, produzindo elevadas taxas de desemprego e o reaparecimento da pobreza, ao mesmo tempo que tornava a impulsionar o crescimento econômico e re-equilibrava as finanças públicas.

Nos países periféricos, no mesmo período, o descontrole da inflação e da dívida externa produziu um ambiente de incertezas econômicas e de aumento da desigualdade social.

Com a *queda do muro*, na virada para os anos 90, finalmente, o discurso liberal – 60 anos depois de sua “derrota” – voltava à cena com redobrada força hegemônica. “Estado mínimo”, “enxugamento do Estado”, “racionalização dos recursos públicos”, “privatização”, “responsabilidade fiscal”, “competitividade”, “liberação comercial”, “re-engenharia”, “qualidade total”, “globalização”... Um novo vernáculo sociológico, econômico e político, inteiro, foi produzido, difundido e incorporado aos debates.

O *novo-velho* modelo de regulação, que re-fundava a perspectiva liberal, que por sua vez estruturava e orientava a economia, a sociedade e o Estado no começo do século XX, inauguraria o novo século novamente na condição de discurso hegemônico.

Mas não foi preciso um novo *crash*<sup>1</sup> para que seus efeitos se tornassem outra vez visíveis – pelo menos para aqueles que olham “por detrás das câmeras” da mídia mundialmente oligopolizada e controlada pelos patrocínios das grandes corporações. Os anos 90 produziram um processo avassalador de concentração e centralização do capital, a nível mundial; a crescente dependência das decisões dos Estados em relação aos interesses e pressões do grande capital tornou-se indisfarçável; um consistente e acelerado crescimento das taxas de desemprego realçou o desmonte de vários mecanismos de seguridade social; o reaparecimento da pobreza nos países centrais e o agravamento das desigualdades nos países periféricos trouxe à tona um novo e explosivo tema da questão social: a violência urbana; o recrudescimento de outras formas variadas de violência – terrorismos, “limpezas étnicas”, mundialização do tráfico de drogas, de armas e de seres humanos, o aumento quase descontrolado das populações refugiadas; e para além de tudo isto, o presumido agravamento (catastrófico, talvez) das condições ambientais...

Mesmo assim – e apesar do consenso midiático sobre o futuro das sociedades humanas –, eis que forças sociais aparentemente enterradas pelo *neoliberalismo* (como aparentemente o liberalismo fora enterrado nos anos 30 pela crença no poder positivo da intervenção do Estado) ressurgem no cenário mundial. Entre eles, estão os defensores das autonomias locais, das soberanias nacionais e das culturas específicas; os ativistas das diferentes categorias sociais *invizibilizadas* pela massificação global – minorias étnicas, minorias de orientação sexual, minorias religiosas, imigrantes, desempregados. Ganham força nesse processo os ambientalistas de várias orientações teórico-políticas... Todos esses grupos, em sua frágil unidade anti-liberal, tornaram-se visíveis através de mobilizações que irrompem em protestos contra as organizações multilaterais (FMI, OMC, G-7 etc.) e que, logo a seguir,

---

<sup>1</sup> Embora tenham ocorrido também, outras crises de natureza sistêmica, como os ataques especulativos contra as moedas dos países emergentes (México, 1994; leste asiático, 1995; Rússia, 1997; Brasil, 1998...).

experimentam tentativas de articulação a partir dos Fóruns Sociais Mundiais.

Também nesse cenário, no nosso tempo presente, novos conflitos internacionais demarcam uma nítida contestação à nova hegemonia: seja na América Latina – através de governos que reivindicam a construção de uma “nova esquerda anti-imperialista” (na Venezuela, na Bolívia, no Equador...), seja no Oriente Médio – através de governos e movimentos que reivindicam “o fim da dominação econômica e cultural norte-americana” (no Irã, na Palestina e em movimentos políticos espalhados por toda a região)<sup>2</sup>.

Ao mesmo tempo, em toda parte, cresce a legião dos descontentes que rechaçam aquilo que consideram velhas receitas – quaisquer que sejam elas – e que buscam alternativas para superar os efeitos mais deletérios da nova regulação (neoliberal) enquanto não se afirmar um novo projeto alternativo forte o suficiente para aspirar a uma nova disputa hegemônica.

As experiências concretas se multiplicam. E as análises teóricas comprometidas com a transformação da sociedade as acompanham – ou pelo menos buscam fazê-lo – em suas trajetórias e em seus resultados.

Tais formulações podem variar em termos da escala de análise: do local ao global, do geral ao específico. Mas têm em comum um esforço: o de, a partir do rigor teórico e científico que tal atitude exige, contribuir para construção de uma perspectiva crítica que alimente a realização de novas experiências capazes de interrogar o futuro sobre os caminhos da transformação. Essas experiências, basicamente, se realizam sob *novos valores*, calcados essencialmente, por sua vez, na crítica das experiências passadas.

*Sociedade em Debate* número 35 pede licença para contribuir, desde seu *lugar*, com esse esforço.

Seu primeiro artigo, de Paulo Calmon (*Três questões sobre as mudanças recentes nos programas sociais no Brasil*), procura dar um tratamento abrangente às mudanças sofridas pelas políticas sociais, especialmente aquelas com foco na geração de trabalho e renda. A crescente transversalidade e multifuncionalidade dos programas fazem parte das novas características apontadas pelo autor que busca, por outro lado, discutir a repercussão dessas características sob as novas condições de implementação dessas políticas.

---

<sup>2</sup> Em todos os casos, a demonização da contestação à hegemonia não tardou em mobilizar o consenso midiático: seja o “eixo do mal”, o “neopopulismo” ou o “terrorismo islâmico”, os rótulos empregados pelo Departamento de Estado dos EUA ou pela CNN International confundem até mesmo os mais progressistas dos comentaristas políticos, insistindo na idéia de que qualquer crítica ao “pensamento único” não passa de um delírio extemporâneo e irracional...

Nessa seqüência, Robson Roberto da Silva (*Desenvolvimento, capital social e política social: estratégias de combate à pobreza e à exclusão social no Brasil*) discute o conceito de *capital social* e suas potencialidades no processo de construção de políticas sociais que partem da acumulação organizativa das comunidades. De forma contígua, Marcello Baquero e Rute Baquero (*Capital social e empoderamento no desenvolvimento social: um estudo com jovens*) partem da mesma categoria teórica a partir de um estudo que incorpora evidências empíricas relacionadas a jovens de três cidades do Cone Sul – Porto Alegre, Montevideú e Santiago.

O texto de Graziela Luisa e Edinara Terezinha de Andrade (*Responsabilidade social empresarial e economia solidária: uma parceria possível*) constrói uma ponte entre a discussão dos textos anteriores e duas outras categorias que vêm ganhando espaço nas ciências sociais: responsabilidade social empresarial e economia solidária. Além da abordagem teórica sobre as categorias utilizadas, o artigo leva em consideração a experiência de parceria entre diferentes instituições de Blumenau (Santa Catarina), incluindo a universidade.

Ricardo Gerardi, docente da Universidade de Buenos Aires, aborda as possibilidades conceituais da relação entre “*Economía y solidaridad*”. Explorando a origem histórica dessas categorias teóricas e das idéias que elas representam, ele aborda corajosamente os enlaces possíveis entre dois termos cujo significado, aparentemente, foram divorciados pelas experiências econômicas da modernidade.

Sua colega na UBA, Mirta Vuotto, tangencia o tema da economia solidária na Argentina a partir do caso específico das mudanças produzidas pela conjuntura das últimas décadas sobre uma das formas mais polêmicas de trabalho associativo: as cooperativas de trabalho<sup>3</sup>. O artigo discute as políticas públicas que visavam impulsionar a construção de alternativas de geração de trabalho e renda. “*Acerca de las orientaciones del cooperativismo de trabajo: el caso argentino*” analisa essas políticas e seus resultados.

Sobre uma experiência desse tipo é que versa o resumo/comunicação apresentado por Marcelo Rodrigues e Gilvando Sá Leitão, da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

---

<sup>3</sup> Tanto no Brasil quanto na Argentina, houve (e há) tentativas de utilização do modelo cooperativo como uma forma de precarização do trabalho assalariado, com o claro objetivo de reduzir custos das empresas às custas de direitos sociais dos trabalhadores. Entretanto, o pré-conceito disseminado nos meios acadêmicos (inclusive – e talvez principalmente – no Serviço Social) e jurídicos, que concebe as cooperativas de trabalho *apenas* sob este aspecto, tem causado enormes prejuízos à tentativa legítima de grupos de trabalhadores construir formas autogestionárias de empreendimento econômico, numa perspectiva emancipatória, que visa gerar trabalho e renda de forma livre das relações de assalariamento.

Os artigos de Márcia Naiar Cerdote Pedroso (*A formação do novo trabalhador frente à reestruturação do trabalho e da produção*) e de Wilson José Ferreira de Oliveira (*Formas precárias de emprego, atuação em ONGs e inserção profissional*) investigam diferentes aspectos da nova estrutura do mercado de trabalho. O primeiro artigo aborda as novas exigências da formação profissional diante das novas condições de acessibilidade ao emprego; o segundo, analisa o aparecimento de alternativas de inserção profissional de trabalhadores de formação universitária, com militância política no movimento estudantil, através das ONGs.

Num último “bloco” de artigos, o tema da sustentabilidade ambiental vai ao encontro das questões referentes às políticas de geração de trabalho e renda.

Josafá Carlos de Siqueira (*Novos caminhos de sustentabilidade socioambiental em territorialidades locais: desafios do mundo globalizado*) explora as reflexões oportunizadas pelo estudo de duas experiências locais de alternativas de desenvolvimento sustentável, em Pirenópolis (GO) e Rio das Ostras (RJ).

Rosalina de Santa Cruz Leite (*Desenvolvimento sustentável e geração de renda: uma combinação possível?*) parte também de uma experiência concreta com jovens em situação de risco para questionar as possibilidades da articulação aparentemente contraditória entre desenvolvimento sustentável e reprodução ampliada do capital.

Finalmente, Denise Pini Rosalem da Fonseca (*Desenvolvimento socioambiental local: uma experiência para se ponderar*) utiliza também um caso empírico (a comunidade de Vila Canoa, próxima a São Conrado, na cidade do Rio) para discutir as possibilidades da construção de modelos de desenvolvimento local fundamentados em valores sócio-econômicos que levem em conta as necessidades sociais e ambientais, no âmbito das pequenas comunidades.

Pluralidade, abrangência, rigor científico – é assim que *Sociedade em Debate*, em sua 35<sup>a</sup>. edição, quer reafirmar seu compromisso com a investigação científica voltada para o desenvolvimento de políticas sociais identificadas com a idéia da emancipação e da liberdade – dos indivíduos e dos coletivos.

A todos nós, uma boa leitura!

Dr. Antônio Carlos Martins da Cruz  
Professor do Mestrado em Política Social  
Universidade Católica de Pelotas